

UMA VISÃO GERAL DOS PROBLEMAS DE EMPREGO E RENDA NO SETOR RURAL DO NORDESTE BRASILEIRO

Raul Fiorentino ()*

Resumo: O principal objetivo deste artigo é avaliar as relações de trabalho no Nordeste brasileiro, nas décadas precedentes, e analisar sua influência sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais e sobre a natureza da oferta de trabalho rural. Informações estatísticas para o setor agrícola são fornecidas e avaliadas na primeira parte do trabalho, enquanto que a segunda sumaria uma parte da literatura corrente sobre o trabalho agrícola para vários Estados da região e procura fornecer interpretações adicionais. São obtidos os seguintes resultados e conclusões principais: O maior segmento da força de trabalho é composto pelo trabalho familiar nas pequenas fazendas. O trabalho familiar cresceu com regularidade nas três últimas décadas, enquanto que o número absoluto de parceiros e trabalhadores assalariados decresceu substancialmente. A redução no número de trabalhadores assalariados é historicamente o fenômeno mais recente nas relações de trabalho rurais. Os pequenos lavradores no Nordeste brasileiro podem ser divididos em proprietários, arrendatários e posseiros. Muito embora sejam os proprietários a categoria mais freqüente, o número de arrendatários e posseiros tem crescido a uma taxa elevada. Uma visão superficial sobre a literatura corrente sugere que se levante a hipótese de que existe uma forte correlação positiva entre o número de, por assim dizer, trabalhadores "independentes" (trabalhadores familiares de pequenas fazendas) e as condições correntes do trabalho rural assalariado, perfeitamente caracterizado pelos salários muito baixos. A produção açucareira, aparentemente, está sofrendo de escassez de trabalhadores nas épocas de colheita, nos anos recentes. A "performance" da produção nas pequenas fazendas familiares parece notavelmente boa e sugere a necessidade de que sejam definidas políticas de subsídios para que a pequena lavoura seja expandida no Agreste e no Sertão.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se no setor agrícola da grande maioria dos países latino-americanos uma crescente desigualdade no tamanho dos estabelecimentos agropecuários e, mais especificamente, um grande crescimento do número

(*) Professor-Visitante do Curso de Mestrado em Economia (CME-Pimes) da Universidade Federal de Pernambuco.

de estabelecimentos de menor tamanho (FAO 1972, pp. 12-37). Estes últimos podem caracterizar-se de maneira algo imprecisa por a) produzir em parte bens para auto-consumo; b) utilizar extensivamente a mão-de-obra do titular do estabelecimento e sua família, recorrendo raramente ao emprego de mão-de-obra alugada; c) utilizar técnicas consideradas tradicionais com virtual ausência de mecanização e fertilização; d) prover baixos níveis de renda para os camponeses e suas famílias. É justamente a existência destes grupos de produtores pobres que, aparentemente, nutre as idéias diretrizes da chamada "revolução verde". Diante de preços agrícolas instáveis e baixos, são os produtores com pouca terra que devem incrementar a produtividade da mesma a partir de técnicas intensivas em capital e trabalho. Não obstante, são estes mesmos produtores que, na maioria dos casos, não são alcançados pelos presumidos benefícios das novas técnicas e contribuem para ampliar o quadro de desigual distribuição de recursos e renda. A perpetuação deste modelo de marginalidade rural leva a duvidar de que sua existência seja explicada apenas pela baixa capacidade de acumulação de excedentes econômicos nestes estabelecimentos, e fortalece a idéia de que ela responde ao desenvolvimento de uma relação funcional entre pequenos e grandes estabelecimentos. Os primeiros fornecem aos segundos trabalho familiar excedente a baixo custo, e são amiúde o pretexto para medidas de política agrária que favorecem a longo prazo os grandes estabelecimentos.

No Nordeste brasileiro se consolida, no correr deste século, a existência de uma classe trabalhadora rural constituída por pequenos titulares de exploração e por assalariados temporários e permanentes, com níveis de renda muito baixos. O objetivo do presente estudo é caracterizar as relações de trabalho que afetaram a mão-de-obra rural nas últimas décadas. Pretende-se, em especial, analisar a natureza das modificações ocorridas nestas relações e sua influência na determinação da renda de trabalhador rural e nas características da oferta de mão-de-obra rural. Deduz-se do mesmo que as modificações nas relações de produção não têm afetado somente os níveis de ocupação e renda dos trabalhadores rurais. Têm-se produzido no mercado de trabalho rural condições de suficiente instabilidade que sugerem que novas e rápidas mudanças terão lugar nos próximos anos.

Após rápida revisão de algumas hipóteses sobre a existência de pobreza rural, estudam-se estatísticas de natureza agregada para o Nordeste, com o objetivo de entender as tendências mais aparentes sobre a natureza do emprego rural. Esta informação é utilizada como base para avaliar alguns estudos empíricos prévios sobre o tema e procurar esclarecer suas principais proposições.

Este trabalho deve ser entendido como uma tentativa de rápida síntese e avaliação da literatura disponível, objetivando fornecer elementos aos estudos de visão mais desagregada. Como tal, apresenta e avalia muitas idéias e proposições de outros autores sobre o tema estudado.

2. A POBREZA RURAL A PARTIR DE DIVERSOS ENFOQUES TEÓRICOS

2.1. As décadas de 1950 e 1960 atestam uma linha de pensamento que visualiza a pobreza rural como resultante do escasso grau de modernização das agriculturas atrasadas. O remédio óbvio é a criação tecnológica que permita o aumento da produtividade do trabalho e a obtenção de rendas mais elevadas no setor dos pequenos agricultores. Desta filosofia se alimentam os orientadores da Revolução Verde (Mosher 1961), sendo o trabalho mais influente e melhor conhecido nesta direção o de Schultz (1964), cujas idéias centrais são à primeira vista atraentes. Os pequenos produtores pobres são economicamente eficientes, e é necessário dotá-los de nova tecnologia "barata e rentável" para que sua adoção seja imediata. O aumento na produção de técnicas deve nascer de esforços crescentes de investigação e extensão agropecuária, e as condições de rentabilidade devem basear-se em uma política de preços agrícolas estáveis e razoavelmente altos. Dado este marco, a pobreza rural fica eliminada pelos incrementos no valor da produtividade do trabalho; a ênfase coloca-se então, nesta análise, na geração e adoção de novas técnicas, num marco de preços relativos apropriados, e o raciocínio é uma extensão da teoria microeconômica do capital. Em particular, não se alude às causas dos baixos preços agrícolas nem se analisam as relações de produção no setor agropecuário dos países periféricos. Em consequência, não se chega a advertir que estas últimas possam não apenas ser um obstáculo para difusão de mudança técnica, senão que além do mais a pobreza rural de vastos grupos pode ser uma condição para o funcionamento dos setores agrícolas estudados.

A existência de porções modernas e atrasadas nas economias periféricas (mais especificamente em sua agricultura) sugere a criação dos modelos "dualistas" do desenvolvimento econômico, que a partir do trabalho de Lewis (1954) apresentam diversos graus de sofisticação matemática para a caracterização das condições de manutenção do desenvolvimento econômico, (artigos de Ranis e Fei (1961-1964), Jorgenson (1962), etc . . .). A existência de um vasto setor (agrícola) de subsistência com oferta "ilimitada" de mão-de-obra permite que o incipiente setor "moderno" (que pode também ser agrícola) pague baixos salários e obtenha altas taxas de lucro. O crescimento deste setor permite inicialmente uma clara redistribuição da renda em favor do (também incipiente) grupo capitalista; porém, grande parte desta renda é reinvertida, possibilitando o crescimento do setor moderno e da relação capital-trabalho na economia em seu conjunto. Novas doses de capital vão gradualmente "cobrindo" a economia, até que a mão-de-obra passa a se constituir num fator escasso, a partir de quando o salário real se eleva e a manutenção das pré-condições de alta captação de excedentes e reinversão dos mesmos chegam ao seu fim. Este é sem dúvida um "final feliz" em que produtividade do trabalho e salários são consideravelmente mais altos que na economia de subsistência.

Surge sobre este modelo mais de uma objeção. A mais óbvia faz alusão ao problema do consumo do "bem" produzido no setor moderno. A menos que se suponha tratar-se de um bem sobremaneira exportável, existirão problemas na expressão da demanda por esse bem, devido à "saturação" do consumo por parte do setor capitalista e ao escasso poder de compra do setor assalariado, que percebe durante o processo de rápido crescimento apenas um salário de subsistência. O mesmo Lewis argumenta que ele escreveu um artigo "na tradição clássica" (op. cit.), e não é estranho em consequência que o trabalho omita a consideração de categorias keinesianas de análise, como os efeitos da distribuição da renda (em particular entre salários e lucros) no nível da demanda agregada. O excelente trabalho de Monza (1976) demonstra, nada obstante, que estes problemas são muito importantes, quando se estuda o crescimento econômico.

O grande mérito do trabalho de Lewis se firma na consideração, se bem que não muito explícita, de que existe um claro antagonismo entre a remuneração do setor tradicional e a acumulação no setor moderno (ou, o que é o mesmo, em toda a economia); o processo de desenvolvimento pode deter-se antes da "mercantilização" de toda a economia (é dizer, antes de serem eliminadas as condições de oferta ilimitada de trabalho) se aumentam os salários ou os preços dos produtos no setor de subsistência (Lewis, op. cit. p. 237). Em qualquer caso, ocorreria um aumento salarial no setor moderno que reduziria a acumulação. Se se transpõe esta argumentação às economias latino-americanas no período de rápida substituição de importações vê-se rapidamente a controvérsia "agroindustrial". Deseja-se que os bens alimentares tenham preços "sociais" para que os salários urbanos permaneçam baixos e favoreçam a acumulação no setor industrial. A alimentação barata na cidade origina por sua vez baixos salários para o trabalho rural, pois os lucros e rendas não devem ser tão baixos neste setor de renda e comprometer a manutenção da oferta de alimentos (de Oliveira, 1975, pp. 15-17).

2.2. Na década de 1940 se supõe que os países com base essencialmente agrícola são os que sofrem com maior rigor a deterioração de seus preços de exportação. Estes são, por outra parte, os países denominados menos desenvolvidos e com maior abundância de áreas agrícolas em condições de pobreza rural. Argumenta-se que os preços mundiais decrescentes para estes produtos são causados pela própria dinâmica de acumulação do aparelho econômico mundial e, em consequência, não podem considerar-se "fixos" quando se estuda o desenvolvimento agrícola destes países (Prebisch, 1949; Emmanuel, 1972; Amim, 1975). É interessante caracterizar a dinâmica de acumulação da economia mundial. A lógica interna de funcionamento dos países capitalistas centrais requer uma constante expansão de seus mercados domésticos através do aumento do consumo de suas classes assalariadas. Exige-se, então, nestes países um baixo custo de abastecimento dos bens de salário produzidos pela periferia, sejam estas matérias-primas ou alimentos. Alguns países centrais possuem modernamente um instrumento bem dirigido: o

controle dos estoques de muitas destas mercadorias, cujos potenciais efeitos deprimentes de seus preços são bem conhecidos. O que interessa destacar é que, dada a mobilidade do capital, que assegura certas condições de uniformidade geográfica, (inclusive internacional) no nível dos retornos econômicos desse fator, o “peso” da depressão dos preços agrícolas é lançado em última instância sobre a força de trabalho rural dos países periféricos. Um resultado óbvio desta linha de argumentação é que não se chega através do comércio internacional a uma igualdade de remuneração de fatores produtivos de características similares no plano internacional, senão a uma concentração de excedentes econômicos nos países centrais. Este resultado parece mais coerente com a realidade que os obtidos pelo professor Samuelson em seu já clássico artigo sobre a “**Factor Price — Equalization**” (1952). Interessa especialmente, para os fins deste trabalho, compreender como conseguem os grupos dominantes do setor rural na periferia baratear sensivelmente o custo de mão-de-obra rural, particularmente naquelas situações em que se pode considerar que esta última é de algum modo escassa. O modelo mais detalhado sobre este tema provém de Janvry e Garramon (1975; veja-se também de Janvry 1975). O modo de apropriação “concentrado” do solo na América Latina possibilita o aparecimento de uma grande quantidade de camponeses sem terra. As relações de trabalho entre camponeses e donos de terra adquirem desde cedo características definidas. O dono oferece ao camponês e sua família uma parcela de terra dentro da grande propriedade, que o camponês utiliza para a produção de lavouras de auto-consumo. Em troca do uso desta parcela e de exíguo salário monetário, o camponês fornece mão-de-obra para atividades agropecuárias comerciais da grande propriedade. Este modelo permite “atar” a mão-de-obra ao lugar e assegurar a manutenção da oferta de mão-de-obra para as lavouras comerciais da grande propriedade. A produção de subsistência, conduzida fundamentalmente pela família do agricultor, gera valores de uso que complementam o exíguo salário monetário, e este último pode cair em proporção similar ao preço dos bens agrícolas produzidos pela periferia para o mercado internacional sem que o consumo de subsistência, e em consequência a reprodução da força de trabalho, se ressintam.

Quando tem lugar no sistema econômico um aumento na disponibilidade de mão-de-obra rural e condições favoráveis para a expansão das lavouras comerciais, as classes dirigentes rurais recebem estímulo para deslocar os trabalhadores rurais para fora de suas propriedades. Neste caso, eles podem utilizar em lavouras comerciais as terras previamente dedicadas à subsistência e podem pagar ao trabalhador por seu trabalho, sem conceder regalias em terra. Se o trabalho requerido é altamente estacional, esta nova forma possibilita que o pagamento seja também estacional, reduzindo-se o custo do tempo de ócio. Os trabalhadores rurais poderão, por sua vez, instalar-se em minifúndios “externos” na grande exploração, provavelmente, em terras de menor qualidade. Deve ficar claro que, se há apenas abundância de mão-de-obra, este último modelo é viável. Em caso contrário, as más condições de vida do minifundista expulsado podem induzi-lo a outras atividades.

Advertia-se então que esta linha de análise argumenta que o crescimento do setor exportador, que se pode dar em condições de preços decrescentes (porém provavelmente com lucros quando menos constantes), consolida a agricultura de subsistência em vez de eliminá-la. A consolidação se apóia na vinculação entre agricultura de subsistência e agricultura comercial através das relações de trabalho. A diferença do modelo de Lewis é que o final não é tão feliz, e a acumulação não se dá tanto no setor comercial do país menos desenvolvido como no setor industrial dos países centrais. Se ocorre certa acumulação nos setores agrícolas dos países periféricos, é porque a remuneração do trabalho rural pode descer mais que os preços dos produtos agrícolas.

Conquanto se possa criticar no enfoque resumido uma formulação algo caricatural e restritiva do modo como a pobreza rural pode se perpetuar nas áreas agrícolas atrasadas, o mérito do mesmo é chamar a atenção sobre a potencial racionalidade e estabilidade das relações de produção que perpetuam, para um grande grupo de produtores, baixos níveis de renda. Nas seções seguintes estuda-se a natureza das relações de trabalho no Nordeste brasileiro, com especial ênfase em suas características de estabilidade e seus efeitos no mercado de trabalho.

3. ALGUMAS ESTATÍSTICAS SOBRE A NATUREZA DO EMPREGO RURAL NO NORDESTE

No setor agropecuário do Nordeste brasileiro coexistem, como se sabe, um grupo reduzido de proprietários com grandes extensões de terra e um número consideravelmente maior de trabalhadores da terra. Este último grupo inclui a maioria dos trabalhadores assalariados das grandes propriedades, porém sua porção maior está constituída, como se verá mais adiante, por titulares de pequenas explorações, com um maior ou menor grau de independência na tomada de decisões e no uso dos escassos recursos sob seu controle. Incluem-se neste conjunto os pequenos proprietários e os ocupantes sem títulos, os arrendatários e os parceiros, que, junto com os assalariados permanentes e temporários, constituem a grande massa de mão-de-obra rural com níveis muito baixos de renda (Sampaio, 1976, pp. 51-52). Tem-se ressaltado que a renda efetiva (monetária e não-monetária) varia sensivelmente entre categorias de trabalho rural (Sampaio, op. cit.), a tal ponto que a percepção de tendências históricas de crescimento diferenciado para as distintas categorias pode constituir um importante elemento explicativo entre as variações históricas de renda da mão-de-obra rural. A existência de taxas diferenciadas de crescimento entre categorias de trabalho rural está diretamente relacionada com as mudanças nas relações de produção e estas últimas são, por sua vez, impulsionadas por fatores econômicos e institucionais de ordem diversa, cujo exame para o Nordeste se define na seção 4. Nesta seção intenta-se em troca quantificar a natureza

das modificações ocorridas nas relações de trabalho de forma um tanto grosseira e a partir das estatísticas agregadas para a região.

3.1. Posse da Terra e Uso de Mão-de-Obra

A desigualdade na distribuição da terra é bem conhecida no Nordeste: dos 2,2 milhões de estabelecimentos, 1,5 milhão (68%) têm menos de 10 ha em 1970 e cobrem 4 milhões de hectares (5,4% do total da superfície) sobre um total de 73,8 milhões de hectares explorados. Em troca, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares constituem 53,1%, 62%, e 68%, em 1950, 1960 e 1970, respectivamente, do total de estabelecimentos. Em contrapartida, decresce em termos relativos a área ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 ha, que ocupam em 1950 e 1970 39,5% e 26,8% da área explorada total. Vale considerar, não obstante, que estabelecimento e propriedade não são sinônimos nos censos estudados e que se deve advertir para os grandes extratos que, quando se estuda o sistema de posse com dados sobre propriedade imóvel, o padrão de distribuição resultante é mais desigual que o obtido a partir de dados censitários; (veja-se Sampaio, 1975-1, para Pernambuco). A crescente desigualdade do Nordeste não é, sem embargo, acompanhada por outras regiões do país (Hoffman, 1971).

A área explorada aumenta notavelmente no Nordeste entre 1950 e 1970. Em particular, no período 1960-1970 o aumento absoluto e relativo é maior que no período 1950-1960 (Quadros 1 e 2). Não obstante, o número de estabelecimentos cresce muito mais que a área ocupada. Esta última passa de 42,8 a 73,8 milhões de hectares entre 1940 e 1970 (49% de aumento entre ambos os períodos), enquanto que o número de estabelecimentos passa de 0,74 a 2,2 milhões, com 197% de aumento entre ambos os períodos. Esta tendência é ainda mais acentuada em estabelecimentos menores (menos de 10 ha) que passam de 0,37 a 1,5 milhão entre 1950 e 1970, com 305% de aumento. A área total explorada por este grupo, em troca, passa de 1,4 a 4,1 milhões de hectares, aumentando em 193%. Este processo afeta o tamanho dos estabelecimentos menores que, a despeito de se reduzir entre 1940 e 1960, chega a aumentar algo no período 1960-1970. As cifras estimadas são 3,90 ha para 1940; 3,65 ha (1950); 2,38 ha (1960) e 2,72 ha (1970). Assinala Ferreira (1976, p. 13) que, nos extratos de área menores, o pessoal ocupado está em geral constituído pela totalidade dos membros da família. Em tal caso, uma diminuição do tamanho médio dos estabelecimentos pequenos é coerente com uma diminuição da relação área explorada-pessoal ocupado. Tal tendência histórica (decrescente) foi ressaltada por Sá Junior (1975, pp. 96-97) para o período 1950-1960 e se prolonga até o último Censo, embora com menor intensidade (Quadro 3). Nos estabelecimentos com 5 a 10 ha, há 1,74 ha por pessoa ocupada, em 1950; 1,65 em 1960 e 1,62 em 1970, tanto que, para aqueles com menos de 5 ha,

as relações são ainda menores nos três anos indicados (veja-se o Quadro 3). Em todo caso, deve-se destacar que as cifras estudadas não aludem ao tempo efetivo de trabalho de cada trabalhador. É possível que, em períodos mais recentes, cada membro dos extratos pequenos trabalhe um número considerável de horas fora do estabelecimento (vejam-se dados para Rio Grande do Norte em 1973-74 fornecidos por Sampaio, 1976, pp. 124-141). Sá Junior (op. cit.) também detecta um crescente despovoamento para os extratos de maior tamanho. Seus dados, reproduzidos no Quadro 3, revelam que, nos estabelecimentos de 50 a menos de 500 ha, a relação “área do estabelecimento-pessoal ocupado” aumenta em vez de decrescer. O mesmo ocorre em estabelecimentos com 500 ha, e mais. Pelo contrário, os estabelecimentos de menos de 10 ha e aqueles entre 10 a 50 ha, registram diminuição na relação “área-pessoal”, segundo o autor citado. A inspeção dos dados do Censo de 1970 revela que a tendência do despovoamento se agrava notavelmente no período 1960-1970. Não apenas nas explorações de 10 a 50 ha, a tendência decrescente “área-pessoal” se reverte, mas também que, ademais, suas magnitudes se modificam de forma espetacular na direção de uma crescente perda de mão-de-obra por unidade de terra.

Nas explorações de 10 a menos de 20 ha, a relação “área total-pessoal ocupado” passa de 2,86 ha/homem a 4,02 ha/homem de 1960 a 1970, e nos estabelecimentos de 20 a menos de 50 ha, a relação passa de 5,52 a 12,18 ha/homem, mais que duplicando em 10 anos (Quadro 3). Obviamente, esta tendência é mais notável nos extratos maiores que nos extratos “medianos”, acima mencionados. Sá Junior interpreta os dados discutidos como um “inchamento” ou “pressão” excessiva da mão-de-obra sobre os estabelecimentos menores, fruto da rigidez na oferta de oportunidades de emprego nos estabelecimentos maiores e de uma manutenção de oferta de mão-de-obra sem alternativa aparente. Em tal caso, a comparação dos censos de 1960 a 1970 revela que nesta tendência existe uma incipiente reversão. Por outra parte, a relação média “área-pessoal”, que vem decrescendo entre 1950 e 1960, passa a aumentar no último período intercensitário. Será útil lembrar estes comentários quando se analisarem as condições do mercado rural de mão-de-obra em períodos recentes.

A crescente concentração de mão-de-obra nos estabelecimentos menores pode-se examinar em corte transversal no Estado de Pernambuco. Ferreira (1976, p. 13 e Quadro 4) detecta que as explorações com menos de 10 ha possuem 63,66% do pessoal ocupado. Deve-se ter em conta que Pernambuco é, junto com Alagoas, o Estado com maior desenvolvimento de atividades intensivas em estabelecimentos grandes (cana-de-açúcar). Existem, em consequência, razões para supor que em outros Estados a situação será ainda mais viesada.

Quadros 1 e 2

Número e Percentual de Estabelecimentos e de Área Total Segundo Grupos de Área na Região Nordeste

1 - NÚMERO

Grupos de Área (ha)	Número de Estabelecimentos (milhões)				Área Total (milhões de ha)			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
Menos de 10	369	450	873	1.504	1.441	1.644	2.082	4.090
10 a menos de 100	289	230	421	562	9.443	10.031	13.744	17.894
100 a menos de 1.000	74	90	105	130	19.093	23.647	27.544	32.059
1.000 a menos de 10.000	5 *	8	7	8	12.909 *	16.896	15.364	17.260
10.000 e mais		0,3	0,2	0,1	—	6.103	3.592	2.508
TOTAL	737	847	1.407	2.201	42.816	58.321	62.326	73.811

2 - PERCENTUAL

Grupos de Área (ha)	Percentual do Estabelecimento				Percentual de Área Total			
	1940	1950	1960	1970	1940	1950	1960	1970
Menos de 10	50,6	53,1	62,0	68,4	3,4	2,8	3,3	5,5
10 a menos de 100	39,3	35,4	30,0	25,5	22,1	17,2	22,0	24,4
100 a menos de 1.000	10,0	10,6	7,5	5,7	44,5	40,5	44,2	43,5
1.000 a menos de 10.000	0,01	0,9	0,5	0,4	30,0	29,0	24,7	23,4
10.000 e mais	0,0	0,0	0,0	0,0	—	10,5	5,8	3,4
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Sá Júnior, 1975, p. 95, e Censo Agrícola de 1970 (Brasil).

(*) No Censo de 1940 esta categoria inclui explorações com 1.000 ha e mais.

Quadro 3

Relação "Área Total – Pessoal Ocupado" Segundo Grupos de Área nos Estabelecimentos Agropecuários
da Região Nordeste

Grupos de Estabelecimentos Segundo Superfície (ha)	Relação Área Total – Pessoal Ocupado (ha/homem)		
	1950	1960	1970
1	2	3	4
Menos de 5	0,77	0,66	0,69
5 a menos de 10	1,74	1,65	1,62
10 a menos de 20	2,98	2,86	4,02
20 a menos de 50	5,63	5,52	12,18
50 a menos de 100			81,91
100 e mais			476,4
50 a menos de 500	16,96	16,46	
500 a menos de 1.000	39,14	40,80	
1.000 e mais	110,14	119,40	
Média	13,56	9,54	9,81

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 e Sá Júnior, 1975, pp. 96-97.

3.2. Composição de Mão-de-Obra Rural Segundo Categorias

Interessa conhecer a importância relativa das diversas categorias de trabalho rural no Nordeste e detectar as tendências mais recentes quanto à progressiva predominância de uma e outra categoria. As estatísticas censitárias brasileiras dividem a mão-de-obra rural em cinco categorias: mão-de-obra familiar, assalariada permanente, assalariada temporária, em parceria e outra condição. Deve-se deixar claro que, na categoria "trabalhadores em outra condição", adquirem grande importância os "moradores", trabalhadores rurais com direito de uso de uma parcela de terra para cultura de subsistência, tradicionalmente ligados às grandes plantações produtoras de cana-de-açúcar.

A informação desenvolvida por Ferreira, para Pernambuco, em 1970 (Quadro 5) indica que, do total de mão-de-obra rural familiar no Estado citado, 74,32% empregam-se em explorações de menos de 10 ha, e 92,84% em explorações de 50 ha. A mão-de-obra permanente se concentra, em troca, nas explorações de 200 a 5.000 ha (74,16% do total estadual de mão-de-obra permanente), tanto que a mão-de-obra temporária se divide mais uniformemente entre os diversos extratos de área. Sobre esta última categoria, é necessário recordar que a mão-de-obra temporária inclui trabalho ocasional mantido por mão-de-obra familiar em um estabelecimento alheio (Sampaio, 1976 pp. 28-36). Nesse aspecto, tem-se levantado a hipótese de que, nos extratos de áreas menores, parte considerável do trabalho temporário seja fornecido por vizinhos, em um esquema de auxílio recíproco. Estas considerações tornam difícil a obtenção de alguma conclusão sobre esta última categoria de mão-de-obra. De qualquer modo, interessa destacar que a mão-de-obra familiar prevalece amplamente nos extratos de área que concentram a quase totalidade do pessoal agrícola. Esta categoria de trabalho é ademais predominante em termos absolutos. Os dados apontados pelo Quadro 6 indicam a importância das distintas categorias de trabalho rural em cifras absolutas. Em 1970, os responsáveis pelos estabelecimentos e aqueles familiares que forneciam trabalho nos estabelecimentos atingiam em todo o Nordeste a 6,3 milhões de trabalhadores, sobre um total de 7,57 milhões (aproximadamente 83% do total), tanto que os trabalhadores temporários, permanentes e parceiros alcançavam apenas 10%, 5% e 3% do total de trabalhadores agrícolas, respectivamente. Convém, novamente, ressaltar que não há identidade entre o conceito "número de trabalhadores" ao tempo do Censo (estoque) e quantidade ou horas de trabalho provido (fluxo). Não obstante, dados fornecidos por Sampaio para 9 municípios pernambucanos (Sampaio, 1976, pp. 59-60), revelam uma correlação considerável entre estimativas quantitativas de ambos os conceitos. O estudo das tendências revela também que o aumento da participação do trabalho do responsável e sua família é maior que nas outras categorias. O pessoal total ocupado aumenta 53,68% entre 1950 e 1960 e apenas 13,62% entre esta última data e 1970 (Quadro 6), tanto que o trabalhador familiar aumenta 72% no período 1950-1960 e nada menos de 50% entre

Quadro 4

Distribuição do Pessoal Ocupado por Tamanho de Estabelecimento no Estado de Pernambuco em 1970

Classe de Área (HA)		Pessoal Ocupado (%)
1		2
0 a menos de	10	63,66
10 a menos de	20	9,74
20 a menos de	50	8,61
50 a menos de	100	4,26
100 a menos de	200	2,93
200 a menos de	500	4,70
500 a menos de	1.000	3,93
1.000 a menos de	5.000	2,12
5.000 a menos de	10.000	0,03
10.000 e mais		0,02
TOTAL		100,00

Fonte: Censo Agropecuário de Pernambuco, 1970; citado por Ferreira, 1976, pp. 13 e 14.

Quadro 5

Distribuição das Diversas Categorias de Emprego Segundo o Tamanho dos Estabelecimentos em Pernambuco em 1970 (Em Percentagem)

Classes de Áreas (ha)		Mão-de-Obra Familiar	Mão-de-Obra Permanente	Mão-de-Obra Temporária	Parceiros	Outra Condição
1		2	3	4	5	6
0 a menos de	10	74,32	5,94	21,24	13,38	31,47
10 a menos de	20	10,24	3,47	10,13	7,78	10,86
20 a menos de	50	8,28	5,54	12,82	25,44	13,56
50 a menos de	100	3,67	4,33	8,43	14,82	12,13
100 a menos de	200	1,95	6,44	7,91	11,03	8,64
200 a menos de	500	1,10	28,12	16,55	14,53	13,13
500 a menos de	1.000	0,32	28,81	15,15	5,31	7,82
1.000 a menos de	5.000	0,11	17,23	7,48	4,02	2,18
5.000 a menos de	10.000	0,00	0,09	0,13	3,65	0,20
10.000 e mais		0,00	0,03	0,16	—	—
TOTAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário de Pernambuco; 1970, citado por Ferreira, 1976, pp. 13 e 14.

Quadro 6

Classificação dos Trabalhadores Rurais na Região Nordeste Segundo Categoria em 1950, 1960 e 1970

Categoria	Quantidade (no.)			Incremento (%)	
	1950	1960	1970	1950-1960	1960-1970
1	2	3	4	5	6
Responsáveis e Familiares não Remunerados	2.460.658	4.228.682	6.321.724	71,85	49,40
Trabalhadores Permanentes	374.993	378.548	298.795	1,00	-21,00
Trabalhadores Temporários	1.172.643	1.571.909	642.745	34,05	-59,22
Parceiros não-Responsáveis, incluindo Familiares	326.642	229.850	160.120	-30,00	-30,00
Outra Condição (Moradores, etc)	—	252.756	145.463	—	-0,42
Pessoal Ocupado T O T A L	4.334.936	6.661.745	7.568.847	53,68	13,62

Fonte: Censos Agropecuários; 1950, 1960 e 1970.

1960/1970. Note-se, ademais, que o número de trabalhadores temporários, que aumenta de 1,17 a 1,57 milhão entre 1950 e 1960, decresce de forma espetacular a 0,64 milhão em 1970. Esta redução também deverá estar presente quando se discutem as características atuais do mercado de trabalho na seção 4. O Quadro 6 informa também com clareza sobre a redução em termos absolutos e relativos das categorias restantes (trabalhadores permanentes, parceiros não responsáveis e trabalhadores em outra condição — moradores, etc) no período estudado. A informação apresentada permite ressaltar a clara modificação de uma tendência. Sá Junior (op. cit.) destacava que, para o período 1940-1960, se produzia a “substituição” de “moradores” (ligados à “grande cultura” da cana) e parceiros (ligados fundamentalmente à “pequena lavoura” produtora de milho, feijão e algodão) por trabalhadores temporários e por responsáveis pelos pequenos estabelecimentos (especialmente arrendatários). Ambas as categorias achavam-se em pleno crescimento no período estudado por esse autor. A análise conjunta dos Censos de 1960 e 1970 revela que apenas o grupo de responsáveis por estabelecimentos continua crescendo no período considerado.

A compreensão da condição jurídica dos trabalhadores responsáveis por estabelecimento, e em especial daqueles a cargo das explorações menores, adquire considerável importância. Se estes produtores são pequenos proprietários e, mais especificamente, se o aumento do número de pequenas explorações com predominância de mão-de-obra familiar se realiza sob regime de propriedade, as condições de segurança econômica e social da massa de pequenos responsáveis é consideravelmente maior que sob arrendamento, parceria ou outras formas jurídicas. Infelizmente, os censos agrícolas não fornecem discriminação da condição jurídica dos responsáveis segundo extratos de área, porém algumas conclusões tentativas se obtêm no Quadro 7. Em 1970, os proprietários alcançam os 57% dos produtores responsáveis e controlam 90% da área explorada. O tamanho médio das explorações em propriedade é, em consequência, bem maior que o dos estabelecimentos com ocupantes (9,44 ha), em parceria (9,05 ha) e arrendado (5,27 ha, veja-se o Quadro 7). É claro então que o predomínio do grupo de responsáveis-proprietários deve ser menor, quando se consideram os estabelecimentos menores, que quando se analisa a totalidade deles. O Quadro 7 permite ressaltar as tendências históricas e concluir que o aumento no número de explorações arrendadas e ocupadas é consideravelmente maior que o aumento do número de explorações em propriedade (veja-se também Sá Junior, op. cit. p. 97). O número total de explorações aumenta 161% entre 1960 e 1970, enquanto que as explorações arrendadas e ocupadas aumentam 478% e 386% entre estes anos, e as explorações em propriedade apenas duplicam (Quadro 7). Por outra parte, se bem que o tamanho médio da exploração decresce para todas as categorias estudadas, a redução é maior nos estabelecimentos ocupados e arrendados que naqueles em regime de propriedade. Nos estabelecimentos arrendados, o tamanho se reduz à metade entre 1950 e 1970 (veja-se o Quadro 7). Revela-se, então, que o grupo de proprietários (o mais importante por número e

Quadro 7

Condição Jurídica dos Responsáveis pelos Estabelecimentos, Segundo o Número dos Estabelecimentos e a Área Ocupada, Região Nordeste,

Anos 1950, 1960, 1970

Condição Jurídica	1950			1960			1970		
	No.	Área (ha)	Tamanho Médio (ha)	No.	Área (ha)	Tamanho Médio (ha)	No.	Área (ha)	Tamanho Médio (ha)
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Proprietários	609.853	39.513.750	64,80	884.482			1.252.218	66.902.181	53,43
Ocupantes	96.167	1.615.115	16,79	175.708			467.262	4.409.694	9,44
Arrendatários ⁽¹⁾ e Parceiros Responsá- veis	83.944	1.160.836	13,82	272.497			—	—	—
Administradores ⁽²⁾	54.346	16.050.537	295,34	75.293			—	—	—
Arrendatários ⁽¹⁾	—	—	—	—	—	—	376.902	1.987.272	5,27
Parceiros Responsá- veis ⁽¹⁾	—	—	—	—	—	—	110.406	999.566	9,05
TOTAL	844.510	58.341.459	—	1.407.980			2.206.788	74.298.713	—

Fonte: Censos Agrícolas de 1950, 1960, 1970.

(1) Arrendatários e parceiros constituem uma única categoria no Censo de 1950 e 2 Categorias separadas no Censo de 1970.

(2) A categoria de administrador não está incluída no Censo de 1970.

área ocupada) ganha proporcionalmente mais área com o decorrer do tempo, enquanto que o grupo de arrendatários e ocupantes aumenta consideravelmente em número e ocupa progressivamente propriedades menores. As proposições anteriores estão claramente relacionadas com a qualidade da informação censitária, sobre que existem algumas dúvidas, em particular para a fornecida pelo Censo de 1960.

3.3. A Produção Agropecuária e a Utilização Agregada de Terra e Mão-de-Obra

A população e a força de trabalho rurais no Nordeste aumentam entre os anos 1950 e 70 sensivelmente menos que a população total. Esta última passa de 17,97 milhões de pessoas em 1950 a 22,43 milhões em 1960, e 27,30 milhões de pessoas em 1970 com aumentos de 24,82% e 21,71% entre anos censitários (Correia de Andrade; 1971, p. 36, e Censo Agrícola de 1970). A povoação rural nordestina alcança a 13,23 milhões de pessoas em 1950, 14,75 milhões em 1960 e 15,7 milhões em 1970, com aumentos de apenas 11,49% e 6% entre datas censitárias. Por sua vez, Ferreira (1976, p. 20, citando Censos Demográficos) estima que a força de trabalho rural nordestina alcança as cifras de 4,16 milhões, 4,95 milhões e 5,22 milhões nos anos 1950, 60 e 70, respectivamente, com aumentos de 18% e 6% entre datas censitárias. Note-se que as taxas de crescimento da população rural e da força de trabalho rural caem bastante no período 1960-1970 com relação ao decênio anterior.

O crescimento da área total explorada no Nordeste acompanha no período 1950-1970 o crescimento da força de trabalho; não obstante, a área total explorada cresce muito menos que a força de trabalho em 1950-1960 e muito mais que a força de trabalho em 1960-1970. Entre 1950 e 1960, a força de trabalho cresce 19% e a área explorada 6,98%, e entre 1960 e 1970, a primeira cresce 5,5 e a segunda 18,4%. Estas estimativas são coerentes com o aumento da relação "área explorada-pessoal ocupado" (relação terra-trabalho) analisada antes. O exame das estatísticas sobre mecanização permite reconhecer uma certa substituição do trabalho humano pelo mecânico entre 1950 e 1970. Nesse período se revela um grande aumento do número de arados de tração animal e mecânica (Quadro 8). A julgar pelo número de tratores disponíveis, a maioria dos arados deve ser de tração animal, substituindo o trabalho de enxada. Contudo, este incipiente processo de mecanização (note-se que em 1970 há apenas um arado para cada 570 ha) não chega a justificar o notável aumento da produtividade do trabalho.

O valor da produção agropecuária aumenta 6% por ano entre 1950 e 1960 (B. Castro, 1971, p. 191). Este crescimento é muito maior que os correspondentes ao uso da terra e ao emprego da mão-de-obra citados antes, e denuncia um aumento surpreendente da produtividade média da terra e do trabalho. Os aumentos da

produtividade da terra, cuja notável magnitude pode-se concluir a partir do Quadro 9, estão em franco contraste com repetidas afirmações sobre o padrão “extensivo” do crescimento da produção agrária (B. Castro, op. cit. p. 203). O arroz apresenta aumentos de 151% na área cultivada e 212% em produção entre 1953 e 1963, enquanto que as cifras para outras culturas são as seguintes: algodão 81% (área) e 151% (produção), feijão, 84% (área) e 105% (produção), milho, 85% (área) e 135% (produção), cana-de-açúcar, 49% (área) e 74% (produção). Estes coeficientes são obtidos por simples manipulação das estatísticas do Quadro 9 e, como se pode comprovar, suas magnitudes não se devem à seleção casual de um ano inicial “mau” e um ano final “bom” com respeito à tendência.

Considerando a década de 1960, revela-se que área cultivada e produção crescem menos que na década anterior, para a generalidade das culturas. Não obstante, ambas variáveis crescem muito mais que a força de trabalho rural, evidenciando pelo menos de forma tentativa um novo aumento da produtividade média do trabalho. Por outra parte, não se descobre neste período um aumento generalizado da produtividade da terra. No algodão, feijão e arroz, os aumentos em produção entre 1959 e 1969 são menores que os correspondentes à área cultivada, enquanto que para o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar os aumentos em produção são maiores que a área cultivada. Claramente estas proposições estão sujeitas às limita-

QUADRO 8
EXISTÊNCIA DE TRATORES E ARADOS NA REGIÃO NORDESTE
NA DATA CENSITÁRIA; ANOS 1950, 60 e 70

Bens de Capital	A n o s		
	1950	1960	1970
Tratores	448	2.989	7.281
Arados de tração mecânica e animal	14.489	21.171	128.325
Colhedoras automotrizes e de tração	3.413

FONTE: Censos Agrícolas de 1950, 60 e 70.

Quadro 9
Área Cultivada e Produção Física dos 10 Principais Produtos Agrícolas da Região Nordeste em Anos Seleccionados

	1953		1956		1959		1963	
	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.
	1000 ha	1000 ton	1000 ha	1000 ton	1000 ha	1000 ton	1000 ha	1000 ton
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Algodão	1.325	319	1.544	486	1.817	577	2.405	832
Mandioca	539	5.943	602	7.145	585	6.771	753	9.121
Feijão	617	297	715	325	809	443	1.134	609
Cana-de-Açúcar	395	14.216	447	17.325	479	19.166	589	24.811
Milho	909	542	1.028	680	1.163	851	1.635	1.273
Arroz	240	290	332	431	406	568	604	906
Banana	32	54	10 *	66	37	70	59	114
Cacau	321	132	356	155	441	170	438	136
Sisal	72	66	104	101	126	141	186	199
Café	122	44	139	62	177	98	179	s/d
*	1964		1965		1969		1970	
	10	11	12	13	14	15	16	17
Algodão	2.513	747	2.642	852	3.068	864	2.953	517
Mandioca	769	9.320	778	9.559	1.004	13.009	995	12.198
Feijão	1.186	558	1.218	646	1.507	818	1.199	448
Cana-de-Açúcar	560	23.897	585	24.886	606	27.216	625	26.900
Milho	1.680	1.222	1.749	1.417	2.062	1.596	1.700	8.708
Arroz	651	889	679	965	771	1.037	763	856
Banana	64	121	66	122	96	189	95	201
Cacau	453	145	451	155	406	203	412	189
Sisal	222	228	232	242	311	311	287	263
Café	183	85	184	85	105	69	104	68

Fonte: Grupo de Programação Agrícola, Departamento de Agricultura e Abastecimento, SUDENE, citados por Sá Júnior (1975), e Anuários Estatísticos do Brasil.
(*) Existe presumivelmente um engano neste dado que foi consignado como na Fonte.

ções que nascem de incorreções nos Censos, e da ausência de “normalização” dos dados históricos. As cifras analisadas nascem do Quadro 9 (anos 1959 e 1969) e os aumentos na área e produção são os seguintes: algodão 69% (área) e 50% (produção), feijão 86% (área) e 85% (produção), milho 77% (área) e 88% (produção), mandioca 72% (área) e 92% (produção), arroz 90% (área) e 83% (produção).

Examinando-se de forma diferenciada as culturas “alimentares” (especialmente arroz, milho, feijão, mandioca) e as culturas industriais (cana-de-açúcar e algodão), observa-se que, na década 1950-1960, os produtos chamados “alimentares” (arroz, milho, feijão) crescem mais que os industriais. Entre 1953 e 1963, a área semeada com milho cresce 80% (Quadro 9), enquanto que o crescimento é de 84% no feijão e de 153% no arroz. Por sua parte, a área açucareira aumenta em 49% entre as épocas citadas e a área algodoeira em 81%. Deve-se advertir, sem embargo, que a diferença entre os crescimentos de distintos tipos de culturas não é grande. Sá Junior encontra que, entre 1952 e 1962, a produção das denominadas culturas alimentares aumenta em 82%, enquanto que o aumento é de 79% para as culturas industriais (op. cit. p. 90). O menor crescimento das culturas industriais no período estudado coincide com um aparente deslocamento de excedentes de população, desde as áreas canavieiras para o sertão, e um desenvolvimento rápido de explorações pequenas dedicadas à produção de culturas alimentares (op. cit., várias passagens). O crescimento diferencial das áreas cultivadas se mantém na década de 1960 a 1970, como se pode ver no Quadro 9. De 1959 a 1969, o algodão, feijão, milho e arroz aumentam sua área entre 67% e 86%, enquanto que na cana-de-açúcar o aumento é de apenas 27% e no algodão de 69%. A informação fornecida sobre tendências históricas da área semeada e a produção das principais culturas nordestinas permite formular algumas proposições sobre as variações históricas da renda do grupo de pequenos produtores responsáveis pela exploração (pequenos proprietários, arrendatários, ocupantes) durante os anos de intenso crescimento de dito grupo. A diminuição do tamanho de suas terras constitui uma força tendente a reduzir a renda de suas explorações. Pelo contrário, os aparentes aumentos de rendimentos, acompanhados por anos de preços altos (Sá Júnior op. cit. 83-87, Ministério da Agricultura, 1974) geram uma força em sentido contrário. É possível então que o “deslocamento” para a agricultura alimentar tenha constituído um empreendimento “rentável” (sempre pensando em termos relativos) em comparação com as alternativas vigentes para o grupo humano estudado; e, em consequência, que este grupo não se tem deslocado apenas como resposta às forças de “repulsão” prevalecentes na área canavieira, porém também como resposta às forças de “atração” das culturas alimentares no auge.

3.4. Resumo da Informação Estatística

A desigualdade na distribuição da terra aumenta no Nordeste nas últimas

décadas. O número de estabelecimentos pequenos (menos de 10 ha) cresce mais que a área total explorada na região e o tamanho médio dos estabelecimentos, em especial o dos menores, diminui sensivelmente. A utilização de mão-de-obra por unidade de terra aumenta nos estabelecimentos menores, incluindo os extratos de até 20 ha, e diminui em estabelecimentos maiores. As tendências assinaladas ocasionam que a maior parte da força de trabalho encontra-se em estabelecimentos com menos de 10 ha. A maior proporção de mão-de-obra rural corresponde ao titular do estabelecimento e sua família, enquanto que as categorias de trabalhador permanente, temporário e parceiro reduzem sua participação relativa e absoluta na força de trabalho entre 1950 e 1970. A agricultura nordestina termina formada por uma grande quantidade de pequenos estabelecimentos que ocupam muita mão-de-obra (de preferência familiar) e pouca área, e uma quantidade menor de grandes estabelecimentos que ocupam muita terra e pouca mão-de-obra, sem que se determine que categorias de mão-de-obra rural predominam neste último grupo.

Os produtores responsáveis pelos pequenos estabelecimentos são, em grande quantidade, proprietários. (O regime de propriedade é amplamente predominante na região). Não obstante, os sistemas de arrendamento e ocupação se difundem de forma crescente neste extrato sobre a base de aparecimento de novos estabelecimentos com tamanho médio cada vez menor. A comparação dos crescimentos da área ocupada, mão-de-obra empregada e produção bruta revela que a produtividade média do trabalho rural cresce sensivelmente entre 1950 e 1960 e, em forma mais reduzida, entre esta última época e 1970. A produtividade média da terra também cresce, particularmente no primeiro período nomeado. Como dito antes, esta comprovação resulta surpreendente para o autor, posto que contradiz a hipótese do padrão extensivo de crescimento da agricultura nordestina. Tendo em vista que o período de tempo estudado testemunha uma alta dos preços agrícolas das “culturas alimentares”, é razoável a hipótese de que o notável crescimento da “pequena lavoura” tenha sido resposta a forças econômicas de “atração” e não apenas de expulsão desde as áreas de cana-de-açúcar. Em outros termos, mesmo resultando claro que as péssimas condições de trabalho na atividade açucareira incentivaram a perda de mão-de-obra nesta linha de produção, é pelo menos razoável supor também que os preços comparativamente altos das culturas alimentares tenham induzido grande parte da massa trabalhadora rural a deslocar-se espacialmente e desenvolver as “pequenas lavouras” de milho, feijão e algodão.

4. AS MODIFICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO EMPREGO RURAL E OS NÍVEIS DE RENDA

Nesta seção sintetizam-se as modificações ocorridas na estrutura ocupacional

das três zonas ecológicas do Nordeste brasileiro (Zonas da Mata, Agreste e Sertão) e se formulam algumas proposições sobre os possíveis efeitos dessas modificações no mercado de trabalho e as condições gerais do trabalhador rural. Recorre-se à bibliografia sobre o tema, assinalando quando possível aparentes discrepâncias tanto entre os autores citados como com a informação estatística fornecida na seção anterior. Esta informação é usada ocasionalmente para comentar as proposições apresentadas.

4.1. A Zona da Mata

É sabido que nesta área sobressai a produção de açúcar em estabelecimentos extensos, comparativamente com a média regional. Na década de 1950, aumenta a produção de açúcar a partir das excelentes condições de demanda doméstica (Furtado, 1964, p. 149). A expansão da área cultivada com cana-de-açúcar realiza-se de forma muito peculiar. Não se trata em geral de um processo de incorporação de novas áreas canavieiras na periferia da zona produtora. Pelo contrário, o aumento da área cultivada ocorre por deslocamento das culturas alimentares de parcelas de terras situadas **dentro** dos velhos estabelecimentos açucareiros. Como resultado, a produção de culturas alimentares estanca e chega a decrescer na Zona da Mata e "tabuleiros" costeiros (Lacerda de Melo, 1975, p. 113). O aumento da área cultivada com açúcar dentro de cada engenho é causado por diversos fatores. Em primeiro lugar, o desenvolvimento da fertilização química, atualmente em crescente difusão, permite uma maior repetição do cultivo de cana dentro de uma mesma parcela e diminui os requerimentos de rotação dos solos. Por outra parte, o tipo de crescimento da área cultivada descrito se traduz em custos de transportes menores em comparação com crescimentos do tipo "periférico". A partir de um ponto de vista econômico, as boas condições do mercado açucareiro e a manutenção dos preços de açúcar elevam o custo de oportunidade de manter ocupadas com lavouras de subsistência boas terras canavieiras, e força a substituição destes últimos pelo cultivo industrial.

Este tipo peculiar de crescimento origina uma já conhecida troca nas relações de produção. O "morador", antigo trabalhador agrícola da cana, instalado em sua parcela com lavouras de subsistência dentro da área do engenho, é substituído pelo trabalhador temporário, que não vive no engenho mas em aglomerados quase urbanos, ou próximos à cidade, e percebe sua renda totalmente em moeda (Furtado 1964, p. 145, Barros Castro, 1971, p. 158). Ganha importância a figura do "empreiteiro", agente intermediário entre o dono da terra e o trabalhador rural, que organiza grupos de trabalho para efetuar as tarefas agrícolas. A comparação dos Censos de 1950 e 1960 alerta sobre o aumento do número de trabalhadores temporários e a diminuição do número de moradores (veja-se o Quadro 6), e é coerente com a descrição anterior.

A substituição gradual de moradores por trabalhadores temporários terá duas conseqüências: a primeira delas é a redução dos requerimentos do pessoal ocupado na atividade canavieira. O trabalhador rural assalariado não possui lavouras de auto-consumo e trabalha totalmente nas tarefas do açúcar, enquanto que as famílias de moradores dividem seu tempo entre o cultivo industrial e o cultivo de subsistência. Adicionalmente, os rendimentos por unidade de área aumentam (veja-se a seção anterior) e a incipiente mecanização aumenta a produtividade do trabalho, permitindo, ambos acontecimentos, maior produção com menos pessoal empregado. Produzem-se excedentes populacionais que emigram de preferência para as cidades. Existe, sem embargo, a hipótese de que parte da migração se tem dirigido ao interior da região, procurando iniciar seus roçados em áreas de fronteira (Sá Junior, 1975, p. 89 e Sampaio 1976, p. 32. Vejam-se também, dados de Lacerda de Melo sobre o notável aumento da população em alguns municípios do Sertão Pernambucano — Lacerda de Melo, 1976).

Estes aumentos de população são parcialmente responsáveis pelo aumento da produção de cultivos alimentares no crescente número de estabelecimentos ocupados ou arrendados (vejam-se para o caso os Quadros 1 e 2 da seção 2).

A segunda conseqüência na substituição de moradores por assalariados é a modificação no padrão de vida do trabalhador canavieiro. Embora Furtado (1964) opine que o trabalhador canavieiro obtém em 1962-1963 reivindicações salariais substanciais, existe consenso entre outros autores de que a mudança de condição implica um dano nas condições de vida (em particular no rótulo alimentação) devido fundamentalmente à perda do produto das lavouras de subsistência e ao encarecimento do preço dos alimentos (Sampaio, 1976. Veja-se também a vigorosa descrição de Lacerda de Melo, 1975, pp. 208-213).

Esta segunda conseqüência é, por sua vez, causa aparente da mais recente situação de escassez de mão-de-obra para a agricultura canavieira. Em décadas anteriores, a relativa abundância de mão-de-obra na Zona da Mata possibilitou a substituição do morador pelo trabalhador assalariado, sem alterações marcadas no mercado de trabalho e sem interferências no crescimento da produção. Nos últimos anos, as deploráveis condições de renda do assalariado rural são, em troca, a aparente causa da crescente corrente emigratória na zona da mata (Lacerda de Melo, 1975, pp. 193-196) e chegam até a comprometer a produção das próximas safras. Esta nova situação se dá em um marco de salários reais que permanecem estagnados e, em conseqüência, não permitem reversão das forças emigratórias. Aparentemente repetem-se nesta situação as condições de existência de mão-de-obra “escassa e barata” discutidas por Furtado (1971). Interessa então tentar explicar as razões da rigidez ascendente do salário em condições de escassez de mão-de-obra. Para Lacerda de Melo (1975) o maior impedimento é o baixo nível dos preços do açúcar fixado pelo governo, que se determina sobre a base do baixíssimo nível de salários

reais atuais. Adicionalmente, existe a interpretação alternativa de que no Nordeste, assim como em outras áreas agrícolas com baixos salários, ocorre no setor empresarial “escassa predisposição para experimentar com salários mais elevados” . . . de modo que não se obtém na realidade funções de resposta da mão-de-obra (Myrdal, 1969, p. 970; tradução do autor da citação de Sampaio, 1976, p. 33). O Quadro 6 apresenta informação sobre o notório decréscimo na quantidade de trabalhadores temporários em todo o Nordeste na década 1960-1970, muito provavelmente devido, de certa forma, às tendências registradas na Zona da Mata e discutidas no parágrafo anterior. Note-se novamente que a queda do número de trabalhadores temporários reverte a tendência da década anterior.

Uma pergunta interessante sobre o tema alude à reação dos empresários empregadores de mão-de-obra diante desta situação. Parece razoável admitir que a possibilidade de atrair mão-de-obra rural passe pelo assentamento dos trabalhadores na grande exploração, tal como ocorreria com os antigos moradores. Em outras palavras, parece natural pensar que as novas condições contribuem para a reversão das tendências da década de 1950. Informação desagregada para o Município de Jaboatão na área canavieira pernambucana indica que 45% da força de trabalho e do tempo de trabalho de uma amostra de vários engenhos são fornecidos por moradores (dados de Sampaio, 1976 pp. 59-60, reproduzidos no Quadro 10). Estes dados levam à reflexão sobre a necessidade de estudos de campo para entender as rápidas modificações que estão provavelmente ocorrendo no mercado de trabalho, bem como a situação econômica dos trabalhadores açucareiros.

4.2. Agreste e Sertão

Agreste e Sertão se diferenciam notoriamente por sua extensão e pelo tipo de suas atividades produtivas, porém, a característica diferencial mais importante para os fins deste trabalho é o aspecto populacional. No Agreste, que apresenta índices marcadamente maiores de densidade demográfica, registram-se em anos anteriores altas taxas de emigração, enquanto que em numerosos municípios do Sertão a povoação rural cresce a taxas maiores que a totalidade da população nordestina (Lacerda de Melo, 1976). Em ambas regiões ecológicas ocorrem modificações de natureza semelhante nas relações de produção, porém que diferem de algum modo das ocorridas na Zona da Mata.

No Agreste se inicia, no começo do século XIX, o modelo “exportador — abastecedor urbano”, a partir da expansão algodoeira, o cultivo do café e hortigranjeiros e a difusão da atividade pecuária. Este modelo se prolonga sem maiores modificações quanto às características da estrutura produtiva, até meados do século XX, em que ocorre a eliminação do café e se consolida a expansão da

QUADRO 10
Composição Percentual dos Trabalhadores Segundo Categoria e Composição Percentual
do Tempo de Trabalho Segundo Categoria em Vários Estabelecimentos do Município
de Jaboatão, Estado de Pernambuco em 1974

Categoria	Número de Trabalhadores %	Dia de Trabalho %
1	2	3
Trabalho Familiar e Administrativo		
. Responsável	9,26	13,15
. Esposa	1,39	1,08
. Filhos Maiores de 15 Anos	1,85	0,76
. Filhos Menores de 15 Anos	—	—
. Administrador	0,46	0,70
Trabalhadores Permanentes		
Peões	1,85	2,54
Tratoristas	14,35	21,68
Moradores	45,37	44,89
Não Moradores	2,31	1,71
Mulheres	0,46	0,69
Trabalhadores Temporários		
. Tratoristas Temporários	—	—
. Homens Temporários	18,98	9,27
. Mulheres Temporárias	—	—
Parceiros		
Homens	2,31	2,22
Mulheres	—	—
Menores de 15 Anos	—	—
Contratados	1,39	0,05
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: Sampaio, 1976, pp. 59-60.

atividade pecuária (Lacerda de Melo, 1976, p. 4). Este último fato tem aparente importância na modificação das relações de produção: o aumento do número de cabeças de gado requer uma expansão aproximadamente proporcional das áreas de pastoreio, e este último aumento ocorre devido às limitações de terra apta na região, em detrimento da área dos cultivos alimentares efetuados pelos parceiros. O número desta classe de produtores rurais se reduz grandemente (vejam-se os Quadros 6 e 7 da seção 3). A figura do parceiro é gradualmente substituída pela do assalariado rural, encarregado da direção da fazenda (Lacerda de Melo, 1976), ou pelo arrendatário "temporário", cuja função é plantar "capim" (pastagens perenes) na grande exploração (Sá Junior, 1971). Adicionalmente, as propriedades policultoras pequenas se subdividem. Ambos acontecimentos (subdivisão e modificação da estrutura produtiva) favorecem a imigração em um marco de baixos níveis de renda (Lacerda de Melo, 1976). Por outra parte, dado que a atividade do criador de gado requer menos mão-de-obra que as atividades hortigranjeiras, o tipo de trabalhador rural que passa a dominar na região é o responsável pela exploração e sua família.

O Sertão é a grande área de criação de gado e de "pequena lavoura" (algodão, milho, feijão, mandioca) no interior do Nordeste. Esta zona ecológica é a que experimenta com maior vigor as mudanças na posse da terra e relações de trabalho discutidas na seção 3. Ali ocorre em maior parte o grande aumento do número de pequenos estabelecimentos em regime de arrendamento, ocupação e propriedade, com alta carga de mão-de-obra, responsável pelo aumento de boa parte da produção de lavouras alimentares (veja-se a seção 3 e os Quadros 1, 2 e 9). O fato mais notável e freqüentemente mencionado na literatura sobre as relações de trabalho nesta área é a diminuição do número de parceiros (Sá Junior 1975, entre outros autores). A parceria, cuja existência se baseia na necessidade de retenção da mão-de-obra em um terreno pouco povoado (de Janvry e outro, 1975; Sampaio, 1975, 2; p. 75), deixa de ser conveniente para o dono da terra em condições da manutenção da oferta de mão-de-obra e dos altos preços dos produtos, pois não permite que este apreenda **todo** o elevado excedente econômico associado com o alto valor da produção agrícola e com os salários de subsistência. Citam-se ademais como causas possíveis da diminuição desta relação de trabalho, o crescente processo de mecanização (Sampaio, 1976), que permite substituir o esforço de várias famílias com pouco trabalho assalariado, e a legislação do trabalho, aparentemente muito cuidadosa dos interesses do parceiro (Sampaio, 1976).

Apenas uma porção menor do trabalho em parceria no Sertão é substituída por trabalho assalariado (Sá Junior, 1975, p. 103), enquanto que o grande aumento da força de trabalho nasce do desenvolvimento das pequenas explorações, como foi indicado antes. Tal como na Zona da Mata, as condições de trabalho assalariado são causa da escassa disponibilidade de mão-de-obra recentemente assinalada na literatura (Sampaio, 1976). O trabalho assalariado é sinônimo de instabilidade institucional, além de baixa remuneração e deficiente nutrição, enquanto que a "pequena

lavoura” assegura a subsistência alimentar e a possibilidade de apropriar, de forma direta, qualquer melhoramento técnico e organizativo da pequena exploração, que signifique aumento de produtividade da terra e/ou do trabalho (Quadro 9). Qualquer modificação que se traduza em poupança de tempo de trabalho familiar pode dar lugar ao emprego transitório fora do estabelecimento, permitindo o aumento da renda monetária dos pequenos produtores.

4.3. Proposições Finais

A síntese das mudanças nas relações de trabalho no Nordeste requer o tratamento separado de suas áreas ecológicas. Na Zona da Mata, a “substituição” gradual de “moradores” por trabalhadores assalariados (em especial os temporários) é conhecida até um período recente, porém nos últimos anos se detecta na atividade açucareira escassez de mão-de-obra assalariada, que conduz a uma situação de aparente instabilidade no mercado de trabalho. A substituição de moradores por assalariados está ligada ao crescente custo de oportunidade da terra (para seus donos) em períodos de abundante disponibilidade de mão-de-obra. As condições de escassez de oferta de trabalho assalariado em períodos recentes parece ter origem nas más condições de vida oferecidas a este último grupo e à inflexibilidade ascendente dos salários rurais. Por outra parte, a instabilidade resultante no mercado de trabalho permite antecipar que novas relações de trabalho tenderão a estabelecer-se na Zona da Mata, visando a consolidar a fixação do trabalhador rural à terra. É difícil antecipar a natureza destas relações. De todo modo, permanece como informação estatística destacável a violenta diminuição do trabalho assalariado no Nordeste, boa parte da qual deve ocorrer na Zona da Mata (vejam-se novamente os Quadros 6 e 10).

O Sertão e o Agreste testemunham a diminuição do sistema de parceria nas últimas décadas. O “modelo” de substituição fundamenta-se, segundo vários autores, no desenvolvimento do trabalho assalariado (em menor parte) e da “pequena lavoura” em pequenos estabelecimentos ocupados, arrendados e em propriedade (em maior parte). Adicionalmente, o número de trabalhadores assalariados parece cair devido às condições de instabilidade institucional e baixa remuneração, da mesma forma que na Zona da Mata. Pelo contrário, a “pequena lavoura” surge como o modelo de emprego da mão-de-obra rural nordestina em crescente consolidação (vejam-se novamente os Quadros 6 e 7).

O crescimento da “pequena lavoura” realiza-se em condições de grande concentração na posse da terra, especialmente no Sertão. Este fato tem aparentes conseqüências econômicas e sociais de grande importância. Cabe em primeiro lugar considerar as relações técnicas de produção no Nordeste semi-árido. Segundo

Ballarini (1975), nas explorações agrícolas a relação “trabalho-terra” é ineficiente, em termos de que, nas pequenas explorações, encontra-se mais trabalho que a quantidade economicamente apropriada. Pelo contrário, a partir de um ponto de vista da eficiência do uso dos recursos, encontra-se nas grandes explorações predominantemente pecuárias menos trabalho que o apropriado. Em outros termos, a desigual atribuição do fator trabalho em explorações grandes e pequenas não pode ser explicada apenas pelos distintos tipos de atividade (pecuária e agricultura). Em consequência, não parece completamente apropriado considerar que “. . . a grande propriedade não se torna um obstáculo intransponível para o desenvolvimento da pequena exploração . . .” (Sá Junior, 1975, p. 103). É claro que devido ao sistema de posse este crescimento ocorre com uma “mescla” pouco apropriada de fatores produtivos.

Em segundo lugar, é útil analisar as possíveis relações entre o modelo “concentrador” de posse da terra e o preço do trabalho rural. É evidente que existe uma estreita relação entre a renda **per capita** do trabalho familiar na “pequena lavoura” e o alto valor do quociente trabalho/terra nos estabelecimentos pequenos. Por outra parte, ante condições declinantes do nível de vida das massas nos meios urbanos, que parecem induzir uma redução da migração rural-urbana na década de 1960 (Sampaio, 1976, pp. 25-36), o custo de oportunidade do trabalho assalariado rural permanece muito provavelmente determinado pela renda pessoal “marginal” na “pequena lavoura”. Em outros termos, parece razoável a hipótese de que a terra escassa torna barata a renda familiar na “pequena lavoura” e que estas forças tendem a deprimir o preço do trabalho rural assalariado no Nordeste brasileiro. Esta linha de pensamento, que não é nova, parece aplicar-se com clareza ao meio estudado.

Os parágrafos anteriores induzem à reflexão acerca da natureza do modelo de desenvolvimento agrário mais apropriado para o Nordeste semi-árido (as proposições que seguem excluem deliberadamente a produção açucareira). Em primeiro lugar, é útil lembrar que o modelo de crescimento da produção de culturas alimentares se tem baseado, nas últimas décadas (ou pelo menos até 1970), no desenvolvimento da pequena exploração com tecnologia tradicional e com parte de sua produção para o auto-consumo. Este crescimento ocorreu sem aparente apoio público (que se voltou mais para a produção açucareira) e com claras limitações de oferta de terra para lavoura, frente a uma demanda crescente dos grupos de pequenos lavradores; porém, apesar de tudo, ele contribuiu com eficácia razoável para satisfazer a crescente demanda de alimentos. Cabe, então, antecipar que a promoção da “pequena lavoura” com pleno aproveitamento da tecnologia tradicional pode ser um caminho apropriado a seguir pelo poder público. Existe atualmente evidência de que o uso desta tecnologia (que exclui mecanização, irrigação e, no momento, também fertilização) pode incrementar sensivelmente o retorno econômico por unidade de terra (Sanders e Hollanda, 1976, Hollanda e Sanders, 1975); por outra parte, se for

possível induzir no grupo de pequenas explorações um aumento da relação terra/trabalho, que elimine alguma possível sobre-utilização deste último fator, ele pode permitir um aumento da produtividade do trabalho e uma maior liberação de excedentes para mercado.

A partir de um ponto de vista administrativo, e tendo em conta a aparente inviabilidade política de medidas redistributivas no regime de posse da terra, requer-se pelo menos o adequado desenvolvimento de incentivos para que os donos da terra acedam ao aumento dos arrendamentos ou outros modelos jurídicos que permitam às famílias camponesas um crescente acesso ao solo. Não é o caso de discutir a natureza específica destes incentivos, porém, deve ser claro que, em última análise, estes devem implicar um deliberado subsídio ou prêmio ao emprego da mão-de-obra, revertindo as típicas tendências de subsídio ao capital agrário (créditos "baratos" para mecanização).

Abstract: This Article's main objective is to evaluate labor relations in North East Brazil in the preceeding decades and to analyse their influence on the rural worker's living conditions and on the nature of rural labor supply. Statistical information for the agricultural sector is provided and evaluated in the first part of this work, while the second part summarizes part of the current literature on agricultural labor for several states of the region and attempts to provide additional interpretation. The following major results and conclusions are obtained. The largest segment of the labor force is composed by small farm family labor. Family labor has been growing steadily in the past three decades, while the absolute number of sharecroppers and hired workers has decreased substantially. Reduction of the number of hired workers is historically the most recent phenomenon in rural labor relations. Small farms in North East Brazil can be divided into land-owners, tenants and squatters. While ownership is the most frequent category the number of tenants and squatters has been increasing at a rapid pace. A glance at the current literature suggests to raise the hypothesis that there exists a strong correlation between increments in the number of, so to say, "independent" workers (small family-farm workers) and the current working conditions of hired rural labor, fully characterized by very low salary levels. Sugar production is apparently suffering from harvest-labor shortage in recent years. Production performance in small family farms seems remarkably good, and suggests the need for employment-subsidy policies to increase the "pequena lavoura" in the "Agreste and Sertão".

BIBLIOGRAFIA

- AMIM, S., "La Acumulación en Escala Mundial", Siglo XXI, Buenos Aires, 1975.
- BALLERINI, S., "Alocação de Recursos e Combinação de Atividades na Agricultura de Limoeiro, Pernambuco", Tesis, PIMES, UFPE, Recife, 1975.
- BARROS Castro A., "Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira", Forense, Rio de Janeiro, 1971.
- CENSOS Agrícolas del Brasil, Rio de Janeiro y Brasília, 1950, 1960, 1970.
- CORREIA de Andrade, M., "Geografia Econômica do Nordeste", Atlas, São Paulo, 1971.
- de JANVRY, A., "The Political Economy of Rural Development in Latin America" *American Journal of Agricultural Economics*, June 1975.
- de JANVRY, A., e Garramón C., "The Dynamics of Rural Poverty in Latin America", unpublished manuscript, University of California at Berkeley, Berkeley 1975.
- de OLIVEIRA, F., "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", CEBRAP, no. 1, São Paulo, 1975.
- EMMANUEL, A., "El Intercambio Desigual" Siglo XXI, Buenos Aires, 1972.
- FAO, "Production Year Book", Roma, 1972.
- FERREIRA, J., "Estrutura de Produção e Emprego Rural no Estado de Pernambuco", Texto para Discussão no. 24, PIMES—CME—PIMES, Recife, 1976.
- FURTADO, C., "Dialética do Desenvolvimento", Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964.
- HOFFMAN, R., "Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil", Tesis, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1971.
- HOLLANDA, A; y Sanders J., Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1975.

- LEWIS, A., "Economic Development with Unlimited Supplies of Labor", in *Development and Underdevelopment*, Agarwala and Singh Editors, Oxford University Press, 1958.
- LACERDA de Melo, M., "O Açúcar e o Homem", Edições IJNPS, Recife, 1975.
- _____, "Proletarização e Emigração nas Regiões Canavieira e Agrestina de Pernambuco", mimeo, Belo Horizonte e Recife, 1976.
- MOSHER, H., "Getting Agriculture Moving", Praeger, New York, 1961.
- MONZA, A., "Crecimiento y Demanda", *Trimestre Económico*, México, Marzo de 1976.
- MINISTÉRIO de Agricultura, "Preços Mínimos, Norte-Nordeste", Comissão de Financiamento da Produção, Brasília, 1974.
- PREBISCH, R., "Manuscrito sin título, CEPAL", Naciones Unidas, 1949.
- RANIS, G., y Fei J., "A Theory of Economic Development", *American Economic Review*, V 41, no. 2, 1961.
- SCHULTZ, T., "Transforming Traditional Agriculture", Yale University Press, New Haven, 1964.
- SÁ JUNIOR, F., "O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência", CEBRAP, no. 1, São Paulo, 1975.
- SAMPAIO, Y., "Distribuição da Posse da Terra em Pernambuco", *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, V 2, no. 1, Janeiro 1975.
- _____, "Modelos de Otimização na Agricultura no Nordeste do Brasil, com Ênfase em Agricultura de Consorciação em Parceria", *Comunicações* 9, PIMES, Recife, 1975.
- _____, "Emprego Rural, Uma Visão Crítica da Teoria com Considerações para o Caso do Estado de Pernambuco", *Texto para Discussão* no. 32, Recife, Agosto 1976.
- SANDERS, J. y Hollanda, A; Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 1976.
- SAMUELSON, P. "Factor Price Equalization Once Again", *American Economic Review*, V. 32, 1952.